



**Reunião do dia 23/05/2013**

1  
2 No vigésimo terceiro dia do mês de maio do ano de 2013, às 9 horas da manhã, no Palácio  
3 Iguazu, Salão dos Governadores, 2º andar, Praça Nossa Senhora da Salete s/nº – Centro  
4 Cívico, nesta Capital, foi dado início à Reunião da Comissão Estadual da Verdade do Estado do  
5 Paraná. Fizeram-se presentes os membros Ivete Maria Caribé da Rocha, Márcio Mauri Kieller  
6 Gonçalves, Neide de Azevedo Lima, Olympio de Sá Sotto Maior Neto e Pedro Rodolfo Bodê de  
7 Moraes, assim como os convidados e colaboradores Carlos Molina (COHAPAR), Isacir Mognon  
8 (REPAS), Sílvia Calciolari (Sociedade DHPaz - Direitos Humanos para a Paz), Carol Proner  
9 (Comissão da Anistia do Ministério da Justiça), Gilles Gomes (Secretaria Nacional de Direitos  
10 Humanos), Fábio Bacila Sahd (Tortura Nunca Mais no Paraná), Maria Aparecida Blanco  
11 (desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná), Raquel Osowski, Schirle  
12 Margaret dos Reis Branco e Juliana Forlan (Ministério Público do Estado do Paraná), Sylvio  
13 Sebastiani (ALEP), Norton Nohama, Diego Coletti Oliva e Samara Feitosa (UFPR), Elísio  
14 Marques (Arquivo Manoel Joaquim Corrêa), Solange Rocha (Arquivo Público do Paraná),  
15 Roberto Elias Salomão (Fórum Paranaense pelo Resgate da Verdade, Memória e Justiça),  
16 Wilson Previdi (PCB), Aluizio Palmar (CDHMP), Regina Bley, Mariana Teixeira de Freitas  
17 Picheth, Gustavo Henrique Alves da Luz Fávero e Gabriel Ferreira Semtchuk (SEJU/PR), Paulo  
18 de Tarso Barreto de Faria e Demétria Filippidis (colaboradores). Ademais, o Coordenador  
19 informa que os membros Luiz Edson Fachin e Vera Karam de Chueiri justificaram suas  
20 ausências.

21 Após declarar iniciada a reunião, o Coordenador desta Comissão, Dr. Pedro Rodolfo Bodê de  
22 Moraes, abre discussão acerca da pauta, que fica estabelecida conforme se segue. 1º ponto de  
23 pauta (aprovação das atas das reuniões dos dias 09 e 16 de maio de 2013): a primeira ata resta  
24 aprovada, tendo a segunda retificações solicitadas pelos membros Olympio de Sá Sotto Maior  
25 Neto e Ivete Maria Caribé da Rocha. 2º ponto de pauta (informes): com a palavra, o Dr. Pedro  
26 Bodê dá o primeiro informe do dia, dizendo que haverá, no dia de hoje (23 de maio de 2013), às  
27 14h, na UNIBRASIL, entrevista dos senhores Aluizio Palmar e Narciso Pires pela Comissão da  
28 Verdade da OAB/PR. O Coordenador chama atenção para o fato de estas entrevistas terem sido  
29 marcadas para o mesmo dia e horário das primeiras oitivas da CEV, afirmando que deve haver  
30 uma melhor comunicação entre as Comissões para que isso não ocorra novamente. No mesmo  
31 sentido, se pronuncia Roberto Elias Salomão, dizendo que as iniciativas devem ser  
32 convergentes, e não divergentes. Sobre o assunto, Olympio de Sá Sotto Maior Neto propõe que



33 seja expedido convite formal para a participação permanente de todas as Comissões da  
34 Verdade nas reuniões desta Comissão. Já em seu informe, a Dra. Ivete enfatiza que as oitivas  
35 têm que ser muito completas, de tal forma que sejam formadas provas, a serem utilizadas  
36 posteriormente. Sobre a questão de levantamento de dados, a Sra. Demétria sugere que sejam  
37 resgatados os casos de anistiados. Antes do próximo ponto de pauta, a CEV decide acatar a  
38 proposta do Dr. Olympio que se refere aos convites para a presença permanente, nas reuniões  
39 desta Comissão, das outras Comissões da Verdade, órgãos ou entidades concernentes ao tema.  
40 3º ponto de pauta (Audiência Pública de Foz do Iguaçu): neste ponto, a palavra é passada ao Sr.  
41 Aluízio Palmar, que ocupa papel de grande importância nas articulações que tornarão possível o  
42 evento. Palmar inicia sua fala destacando a importância em manter o foco em questões  
43 pontuais, sem generalidades. Também frisa algumas providências imediatas a serem tomadas  
44 pela CEV, quais sejam, (i) expedir Ofício à Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu solicitando  
45 o plenário para sediar o evento; (ii) no que tange a chacina do Parque Nacional do Iguaçu,  
46 convocar Otávio Rainolfo da Silva, João Neuzar Machado, Exedito Ostrovski, Areski de Assis  
47 Pinto, Júlio Roberto Cerdá Mendes, Sebastião de Moura e Paulo Malhões (autores dos  
48 assassinatos de Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavéchia,  
49 Enrique Ruggia e Victor Ramos); (iii) ainda no que se refere àquela chacina, convidar Adão  
50 Almeida (Policial Federal aposentado que ouviu relatos de execuções) e Pedro Pontual  
51 (assessor da Comissão Nacional da Verdade - CNV). Ademais, além de se oferecer como  
52 depoente para a Audiência Pública em questão, disponibiliza à CEV seu Relatório de Busca, que  
53 contém os dados de todas as pessoas acima mencionadas, assim como seus respectivos  
54 envolvimento. Aluízio ainda sugere que seja tratado no evento, além da mencionada chacina,  
55 um caso da Operação Condor no qual, no dia 1º de dezembro de 1974, quatro empresários de  
56 Foz do Iguaçu foram sequestrados por um comando informal das Forças Armadas e levados  
57 para um local de tortura em Goiás. Palmar esclarece que há mais informações deste caso  
58 também no Relatório de Busca já disponibilizado, adiantando que se trata de ação conjunta das  
59 Ditaduras do Paraguai e do Brasil. Além destas questões, Palmar sugere, se houver tempo, que  
60 sejam ouvidos na Audiência Pública em pauta as vítimas de Nova Aurora (família Fávero e  
61 outros camponeses), que foram levadas ao Batalhão de Fronteiras e lá torturadas pelo então  
62 Tenente Exedito Ostrovski. Neste ponto, a Sra. Neide de Azevedo Lima sugere que seja  
63 também chamado à Audiência Pública o assassino confesso de Antônio Três Reis de Oliveira  
64 para prestar esclarecimentos, visto que, até hoje, não foi achado o corpo da vítima. Além destes



65 casos, Olympio também lembra da questão dos indígenas, que, segundo ele, deveria também  
66 ser abordada no evento. Ele ainda afirma que, devido à grande quantidade de depoimentos que  
67 estão sendo sugeridos, a CEV deve se organizar de modo que seja possível atender todas as  
68 demandas. Neste ponto, Aluizio Palmar aponta a necessidade de fixar a data da Audiência  
69 Pública para que se dê início ao trabalho da divulgação do evento e para averiguar, ou não, com  
70 o prefeito de Foz do Iguaçu, a possibilidade de inclusão do evento nas festividades do  
71 aniversário da cidade, que será no dia 27 de junho. Sobre o tempo de duração da Audiência  
72 Pública, a Dra. Ivete Maria Caribé da Rocha sugere que sejam tomados dois dias: 27 e 28 de  
73 junho. Acrescenta lembrando sua proposta de convidar o Professor Martini Almada a participar  
74 do evento. Dito isto, a palavra é passada a Gilles Gomes, assessor da Ministra Maria do Rosário  
75 e Coordenador da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que  
76 inicia sua fala esclarecendo que a Comissão que coordena é a responsável pela busca,  
77 localização e identificação das vítimas de perseguições políticas durante a Ditadura Militar.  
78 Gomes informa que o número oficial de desaparecidos é de 361 pessoas. Aproveita a  
79 oportunidade para lembrar a importância do trabalho conjunto para o resgate da verdade,  
80 memória e justiça, enaltecendo os trabalhos da Comissão da Anistia. Informa que a CEMDP  
81 pretende realizar uma terceira etapa de escavações no Parque Nacional do Iguaçu, o que  
82 convergiria com alguns trabalhos já efetuados pela CNV e com um dos objetos da Audiência  
83 Pública que a CEV pretende realizar em Foz do Iguaçu. Assim, propõe uma grande articulação:  
84 que, em um primeiro momento, haja uma minuciosa tomada de depoimentos e acúmulo de  
85 dados sobre o massacre, para que, em um segundo momento, a CEMDP, com estas  
86 informações, passe à exploração propriamente dita. Gomes ainda elucida que esteve em contato  
87 com o Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, tendo ficado incumbido de articular com o Dr. Cláudio Fonteles  
88 esta ação conjunta para que, ao menos no que se refere ao Massacre de Medianeira, seja  
89 possível devolver aos familiares das vítimas os corpos das mesmas. Ademais, estende à CEV  
90 todo o auxílio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, colocando à  
91 disposição esta articulação com a CNV. Como proposta, diz que a questão dos indígenas  
92 deveria ser trabalhada em outra oportunidade. Por fim, diz que a Ministra, com certeza  
93 participará do evento, assim como a CNV. Mais tarde, após o Dr. Olympio exteriorizar sua  
94 preocupação com as convocações e intimações a serem expedidas para a realização da  
95 Audiência Pública, o Dr. Gilles Gomes afirma que o Dr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-geral  
96 da Polícia Federal, colocou à disposição da CNV toda a estrutura necessária para realizar os



97 convites coercitivos, sendo aconselhável expedir, em um primeiro momento, um convite e, caso  
98 a pessoa se negar a comparecer, que tal estrutura seja utilizada. A seguir, a palavra é passada à  
99 Dra. Carol Proner, representante da Comissão de Anistia, que aproveita para transmitir a  
100 colaboração prometida pela Dr. Paulo Abrão para com a Audiência Pública, pedindo para a CEV  
101 a indicação de informações que possam ser prestadas pela Comissão de Anistia de forma a  
102 auxiliar os trabalhos. Ademais, Proner coloca à disposição da CEV toda a estrutura da Comissão  
103 da Anistia. Dito isto, Salomão pede a palavra para, mais uma vez, alertar sobre a importância de  
104 se realizar um trabalho conjunto, principalmente, da CEV com a CNV, visto que a Comissão  
105 Nacional já possui alguns elementos dos fatos que serão tratados em Foz do Iguaçu, elementos  
106 estes que devem ser disponibilizados para orientar a Audiência Pública que lá ocorrerá. Sobre  
107 isto, Gilles Gomes acrescenta que o apoio de Aluízio Palmar será, de mesmo modo, de grande  
108 importância ao bom desempenho dos trabalhos no evento. No que tange o tema da Operação  
109 Condor, Salomão complementa que a CEV não deve se ater somente na data em que esta  
110 Operação esteve formalizada, visto que já operava antes de sua formalização. Posteriormente,  
111 passada a palavra ao Dr. Norton Nohama, ele agradece a presença do Sr. Aluízio Palmar, da  
112 Secretaria Nacional de Direitos Humanos, representada por Gilles Gomes, e do Ministério da  
113 Justiça, representado por Carol Proner. Lamenta, contudo, a impossibilidade de a CNV estar  
114 presente nesta reunião, o que, segundo Norton, seria de grande valia. Mais adiante, ratifica a  
115 importância de se organizar a Audiência Pública de Foz do Iguaçu de maneira conjunta, fazendo  
116 um levantamento das informações das quais os órgãos citados já dispõem. Do mesmo modo,  
117 adere à proposta da Dra. Ivete de se realizar a Audiência em dois dias, devido à amplitude dos  
118 trabalhos a serem realizados. Além disso, pleiteia a possibilidade de, em um destes dias, a CEV  
119 realizar algumas diligências externas, como, por exemplo, ir à Estrada de Colono (se a CEMDP  
120 achar adequado) ou visitar o Quartel de Foz do Iguaçu. Concluindo, fala sobre a chance de se  
121 realizar em Curitiba, antes da Audiência em Foz do Iguaçu, um ato que reúna a CNV, a  
122 Comissão da Anistia e a Secretaria de Direitos Humanos para a promoção do Museu de  
123 Percurso e a firmação de um Termo de Cooperação para a construção do Memorial da  
124 Resistência. Quanto à questão de se realizar a Audiência Pública em dois dias, Palmar adere à  
125 ideia, propondo à CEV realizar, no dia das diligências externas, um sobrevoo de helicóptero em  
126 um dos locais de execução. Com a palavra, a Sra. Demétria faz proposta no sentido de montar  
127 uma central *on-line* para que pessoas de todo o país possam colaborar, enviando informações  
128 pertinentes aos trabalhos da CEV. Agradecendo a sugestão, o Coordenador passa a palavra a



129 Ivete Maria Caribé da Rocha, que pergunta ao Sr. Aluizio Palmar se a Comissão da Verdade da  
130 Argentina já foi consultada a respeito de Henrique Rúdia (argentino morto no Massacre de  
131 Medianeira) no que lhe é respondido que, como o desaparecimento de Rúdia se deu antes do  
132 Golpe de Estado Argentino, aquela Comissão Nacional não realiza diligências. No mais, Ivete  
133 reforça sua proposta no sentido de convidar o Professor Martini Almada a participar do evento  
134 em Foz do Iguaçu. Nisto, Gilles Gomes acrescenta, propondo a emissão de um convite também  
135 à Itaipu Binacional. Com a palavra, Salomão sugere que já se comece a pensar na realização de  
136 outra Audiência Pública que abarque a questão dos indígenas e a questão dos trabalhadores  
137 rurais. No mais, a Dra. Ivete sugere que seja expedido ofício ao Presidente do Tribunal de  
138 Justiça do Estado do Paraná, solicitando a presença da Desembargadora Maria Aparecida  
139 Blanco na Audiência de Foz do Iguaçu, visto que esta foi juíza naquela comarca durante o  
140 período compreendido entre 1980 e 1983. Esta proposta foi acatada pelos demais membros da  
141 CEV. Sem mais observações, o Coordenador passa ao último ponto de pauta desta reunião  
142 (leitura e discussão do parecer do Núcleo Jurídico da Administração da SEJU/PR – NJA-  
143 SEJU/PR – acerca da Minuta de Decreto elaborada por Luiz Edson Fachin e aprovada na  
144 reunião da CEV de 26 de abril de 2013). Pela leitura, fica claro que o parecer apoia a iniciativa  
145 desta Comissão Estadual da Verdade, muito embora torne aconselhável que seja fixada alguma  
146 disciplina sobre o cumprimento da determinação de acesso irrestrito e imediato às informações,  
147 quando não for possível cumpri-la de forma imediata. Neste sentido, o Coordenador faz leitura  
148 de nova Minuta de Decreto, elaborada pela Secretaria-executiva da CEV, que regulariza de  
149 acordo com o parecer do NJA-SEJU/PR e com a Lei de Acesso à Informação. Todos os  
150 membros se mostram de acordo com esta nova Minuta, porém ela ainda não é aprovada, pois  
151 aguarda manifestação do Arquivo Público do Paraná. Sobre isto, a Sra. Solange Rocha diz que a  
152 Instituição fará tal manifestação até a próxima reunião desta Comissão Estadual da Verdade,  
153 que ficou marcada para o dia 06 de junho de 2013 (quinta-feira), neste mesmo local, às  
154 9h45min. Por fim, o Coordenador convida todos os presentes a participarem das oitivas de  
155 Milton Ivan Heller e Sylvio Sebastiani, às 14h de hoje, no Palácio das Araucárias, Térreo, Ala “C”.  
156 Ademais, Ivete Maria Caribé da Rocha dispõe à Comissão Estadual da Verdade o livro “Ditadura  
157 Abaixo”, de autoria de Tereza Urban, Olympio de Sá Sotto Maior Neto também disponibiliza à  
158 CEV o livro “A Integração do Índio na Estrutura Agrária do Paraná: O Caso Kaingáng”, de autoria  
159 de Cecília Maria Vieira Heln, e o DVD “Relatório Figueiredo” e, finalmente, o Dr. Elísio Marques



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO ESTADO DO PARANÁ – CEV

160 disponibiliza o DVD contendo o depoimento do Sr. Francisco Luiz de França, elaborado pelo  
161 Arquivo Manoel Jacinto Corrêa.

  
**Ivete Maria Caribé da Rocha**

  
**Luiz Edson Fachin**

  
**Márcio Mauri Kieller Gonçalves**

  
**Neide de Azevedo Lima**

  
**Olympio de Sá Sotto Maior Neto**

  
**Pedro Rodolfo Bodê de Moraes**

  
**Vera Karam de Chueiri**